do prazo para a realização de atos processuais e posterior conclusão do processo Administrativo Disciplinar nº 2018/525298 (anexos 2018/525063 e 2018/4332423).

R E S O L V E:

I – PRORROGAR por mais 60 (sessenta) o prazo do Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela PORTARIA Nº 33/2021-CGD/PAD, publicada no DOE nº 34.761, de 10/11/2021, para dar continuidade à investigação e devida conclusão dos trabalhos, a partir de 03/02/2022;

II – ENCAMINHAR à Coordenadoria de Gestão de Pessoas, para que adote as providências para o pleno cumprimento do presente ato.

MARLENILSON LUIZ PINHEIRO MIRANDA

Corregedor Chefe – DETRAN/PA

PORTARIA Nº 24/2022-CGD/PAD/DIVERSAS, de 02 de fevereiro de 2022.

O Corregedor Chefe do Departamento de Trânsito do Estado do Pará, no uso de suas atribuições conferidas por lei, e

CONSIDERANDO os termos da PORTARIA Nº 1861/2017-DG/CG/DETRAN, de 07.06.2017, publicada no Diário Oficial do Estado de 22.06.2017, que delegou poderes ao Corregedor Chefe para instauração de Processo de Sindicância Investigativa ou Acusatória, e/ou Processo Disciplinar;

CONSIDERANDO os termos do Memo nº 02/2022-Comissão de PAD, de 0/02/2022, subscrito pela presidente da Comissão, Juliana Cozara Oliveira Martins, por meio do qual solicita e justifica a concessão de prorrogação do prazo para a realização de atos processuais e posterior conclusão do processo Administrativo Disciplinar nº 2018/495639 (Operação GALEZIA).

R E S O L V E:

I – PRORROGAR por mais 60 (sessenta) o prazo do Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela PORTARIA Nº 34/2021-CGD/PAD/DIVERSAS, publicada no DOE nº 34.761, de 10/11/2021, para dar continuidade à investigação e devida conclusão dos trabalhos, a partir de 03/02/2022;

II – ENCAMINHAR à Coordenadoria de Gestão de Pessoas, para que adote as providências para o pleno cumprimento do presente ato.

MARLENILSON LUIZ PINHEIRO MIRANDA

Corregedor Chefe – DETRAN/PA

PORTARIA Nº 25/2022-CGD/PAD/DIVERSAS, de 02 de fevereiro de 2022.

O Corregedor Chefe do Departamento de Trânsito do Estado do Pará, no uso de suas atribuições conferidas por lei, e

CONSIDERANDO os termos da PORTARIA Nº 1861/2017-DG/CG/DETRAN, de 07.06.2017, publicada no Diário Oficial do Estado de 22.06.2017, que delegou poderes ao Corregedor Chefe para instauração de Processo de Sindicância Investigativa ou Acusatória, e/ou Processo Disciplinar;

CONSIDERANDO os termos do Memo nº 03/2022-Comissão de PAD, de 01/02/2022, subscrito pela presidente da Comissão, Juliana Cozara Oliveira Martins, por meio do qual solicita e justifica a concessão de prorrogação do prazo para a realização de atos processuais e posterior conclusão do processo Administrativo Disciplinar nº 2018/308169 (Operação GALEZIA).

R E S O L V E:

I – PRORROGAR por mais 60 (sessenta) o prazo do Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela PORTARIA Nº 243/2021-CGD/PAD/DIVERSAS, publicada no DOE nº 34.761, de 10/11/2021, para dar continuidade à investigação e devida conclusão dos trabalhos, a partir de 03/02/2022;

II – ENCAMINHAR à Coordenadoria de Gestão de Pessoas, para que adote as providências para o pleno cumprimento do presente ato.

MARLENILSON LUIZ PINHEIRO MIRANDA

Corregedor Chefe – DETRAN/PA

Protocolo: 757807

TORNAR SEM EFEITO O EXTRATO PUBLICADO NO DOE 34.846, DE 28/01/2022 QUE TORNOU SEM EFEITO O Contrato Temporário, celebrado com base no Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2021-DETRAN, de PATRICIA DE SOUZA DA ROCHA, para o Cargo de Assistente de Trânsito, com vigência a partir de 03/01/2022 e término para 02/01/2023, publicado no DOE nº 34.819, de 04/01/2022.

Ordenadora: RENATA MIRELLA FREITAS GUIMARÃES DE SOUSA COELHO

Diretora Geral.

Protocolo: 757826

SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

PORTARIA Nº 0106/2022-CGP/SEAP

Belém, 02 de fevereiro de 2022.

CONSIDERANDO o disposto no art. 201, parágrafo único, da Lei Estadual nº 5.810/94-RJU, segundo o qual o prazo para conclusão da sindicância não excederá a 15 (quinze) dias, poderá ser prorrogado por igual período, a critério da autoridade superior;

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar as Portarias abaixo relacionadas:

- 0006/2022-CGP/SEAP, de 04/01/2022, publicada no DOE nº 34.828, de 13/01/2022, referente à Sindicância Administrativa Investigativa nº: 6635/2021-CGP/SEAP;

- 0007/2022-CGP/SEAP, de 04/01/2022, publicada no DOE nº 34.828, de 13/01/2022, referente à Sindicância Administrativa Investigativa nº: 6636/2021-CGP/SEAP;

- 0008/2022-CGP/SEAP, de 04/01/2022, publicada no DOE nº 34.828, de 13/01/2022, referente à Sindicância Administrativa Investigativa nº: 6637/2021-CGP/SEAP;

- 0034/2022-CGP/SEAP, de 10/01/2022, publicada no DOE nº 34.828, de 13/01/2022, referente à Sindicância Administrativa Investigativa

nº: 6641/2021-CGP/SEAP;

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMpra-SE.

RENATO NUNES VALLE

Corregedor-Geral Penitenciário.

Protocolo: 757696

PORTARIA Nº 0104/2022-CGP/SEAP

Belém, 03 de fevereiro de 2022.

CONSIDERANDO o disposto no art. 111, §4º, da Lei Estadual nº 8.972/2020, segundo o qual o prazo para conclusão do procedimento, com decisão final da autoridade julgadora, é de 120 (cento e vinte) dias úteis, admitida prorrogação por igual período, uma única vez, em face de circunstâncias excepcionais, devidamente motivada;

CONSIDERANDO não precluir a extinção do poder disciplinar da Administração depois de esgotado o prazo para término dos trabalhos da comissão (STF, Mandados de Segurança nº 7.015, 21.494 e 22.656; e STJ, Mandados de Segurança nº 7.066, 7.435 e 8.877; e Recursos em Mandado de Segurança nº 6.757 e 10.464), necessário se faz a concessão de novos e subsequentes prazos para a elucidação dos fatos sob apuração, com espeque na busca da verdade material, e à luz de princípios como os da eficiência, moralidade e duração razoável do processo;

CONSIDERANDO que a análise dos autos demonstra ter, a Comissão, envidado todos os esforços necessários no sentido da instrução e conclusão do feito;

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar as Portarias abaixo relacionadas:

- 1138/2021-CGP/SEAP, de 11/08/2021, publicada no DOE nº 34.671, de 16/08/2021, referente ao Processo Administrativo Disciplinar nº: 6179/2021-CGP/SEAP;

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMpra-SE.

RENATO NUNES VALLE

Corregedor-Geral Penitenciário.

Protocolo: 757702

PORTARIA Nº 0121/2022-CGP/SEAP

Belém, 01 de fevereiro de 2022.

CONSIDERANDO que é obrigação da autoridade pública, ao tomar ciência de irregularidade no serviço público, promover a apuração imediata dos fatos, mediante Sindicância ou Processo Administrativo Disciplinar, assegurando ao acusado ampla defesa, nos termos do art.110 ao art. 124, §1º todos da Lei nº 8.972/2020;

RESOLVE:

Art. 1º - Determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar nº 6674/2022-CGP/SEAP, objetivando apurar responsabilidade administrativa e/ou funcional dos servidores R.P.D.P (M. F: 5731607), A.M.L (M.F: 5889299) e S.S.O (M. F: 5925175), diretor, coordenadora administrativa e coordenador de segurança, respectivamente, todos lotados no Centro de Recuperação Regional de Itaituba-CRRI, referente a liberação indevida da PPL LINDOMAR GOUVEIA DE ARAÚJO (INFOPEN 340638), no dia 24/12/2021, sendo apenas informado aos setores competentes no dia 06/01/2022. Desse modo, tal conduta recai, em tese, aos arts. 177, VI c/c art. 189 e 190, I e XIX, todos da Lei nº 5.810/1994-RJU/PA.

Art. 2º - Constituir Comissão composta pelos servidores, BRUNO COSTA PINHEIRO DE SOUSA, (M.F. 55585599) – Presidente; JAYMERSON CARLOS PEREIRA MARQUES, (M.F. 57218644) – Membro; e ELIZABETH MALCHER VILHENA, (M.F. 5464285) – Membro – Membro.

Art. 3º - Deliberar que os membros da Comissão tenham dedicação exclusiva, podendo se reportar diretamente aos departamentos desta Secretaria e aos demais órgãos da Administração Pública para as diligências necessárias à instrução do feito.

Art. 4º - Determinar à referida Comissão que obedeça ao estatuído no artigo 111, §4º, da Lei nº 8.972/2020, assim como, deverá a mesma apresentar Relatório Conclusivo ao final da apuração.

Art. 5º - Encaminhar ao Gabinete o presente feito, a fim de requerer o afastamento preventivo dos servidores R.P.D.P (M. F: 5731607), A.M.L (M.F: 5889299) e S.S.O (M. F: 5925175), com esteio no art. 203, da Lei nº 5.810/1994-RJU/PA, pelo prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, em razão de grave conduta desidiosa, em tese.

Art. 6º - Comunicar à Diretoria de Gestão de Pessoas para registro nos assentamentos funcionais dos servidores.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMpra-SE.

RENATO NUNES VALLE

Corregedor-Geral Penitenciário.

Protocolo: 757641

PORTARIA Nº 0122/2022-CGP/SEAP

Belém, 02 de fevereiro de 2022.

CONSIDERANDO que é obrigação da autoridade pública, ao tomar ciência de irregularidade no serviço público, promover a apuração imediata dos fatos, mediante Sindicância ou Processo Administrativo Disciplinar, assegurando ao acusado o contraditório e a ampla defesa, nos termos do art. 199 da Lei 5.810/1994 e art. 105, § 1º da Lei nº 8.972/2020;

RESOLVE:

Art. 1º - Determinar a instauração de Sindicância Administrativa Investigativa nº 6675/2022-CGP/SEAP, objetivando apurar o óbito do apenado EDSON VENICIUS RIBEIRO DA CONCEIÇÃO (INFOPEN 80455), no dia 18/01/2022, quando custodiado na Central de Triagem Metropolitana III- CTM III, conforme formulário de óbito encaminhado via e-mail no dia 24/01/2022;

Art. 2º - Designar RODRIGO COSTA PINHEIRO DE SOUSA (M.F. 54196889)-Presidente, ELIZABETH MALCHER VILHENA, (M.F. 5464285) – Membro e ADRIANA FERRAZ DO PRADO MAUÉS, (M.F. 57201800) – Membro, para conduzirem as investigações;

Art. 3º - Determinar a comissão sindicante que apresente relatório conclusivo ao final da investigação.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMpra-SE.

RENATO NUNES VALLE

Corregedor-Geral Penitenciário

Protocolo: 757642